

ALERTA: Apesar de recuo de parlamentares, presidente do Senado quer aprovar reforma do serviço público em 2021

Apesar de haver um movimento no Congresso Nacional para que, neste momento, sejam priorizadas as pautas relativas ao combate à pandemia do novo coronavírus, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), deixou claro o objetivo de dar atenção à reforma administrativa (PEC 32) — e também à tributária — assim que passar essa fase.

“Salvar vidas, essa é a prioridade absoluta. Mas logo na sequência nós precisamos tratar de reforma administrativa, de reforma tributária. Na verdade, tratar nós já trataremos, mas nós vamos ter que aprovar ao longo deste ano”, disse Pacheco em entrevista coletiva logo após reunião com o presidente Jair Bolsonaro.

A PEC 32 está na CCJ da Câmara e o relator, deputado Darci de Matos (PSD-SC), já anunciou que seu parecer só deve ser concluído no fim de abril. Segundo ele, antes de finalizá-lo, a matéria será amplamente discutida com as entidades representativas do serviço público e especialistas.

Governo Bolsonaro dificulta a vida dos aposentados e pensionistas

O Ministério da Economia publicou, no dia 23/03, uma portaria que regulamenta o Decreto 10.620/21, que desvinculou as aposentadorias e pensões dos servidores de seus órgãos de origem, transferindo-os para o Ministério da Economia.

Com isso, o governo Bolsonaro complica ainda mais a vida dos aposentados e pensionistas. Agora, qualquer problema mais sério com os proventos dos servidores aposentados e pensionistas terá que ser resolvido em Brasília. Além disso, o servidor perde o vínculo com o órgão de origem. Essa medida aponta para o desejo do governo Bolsonaro de excluir esses servidores do plano de cargos e carreiras e reajustes.

Uma comissão de advogados do Fonasefe, juntamente com o advogado da Condsef/Fenadsef, está construindo uma ação para dar entrada no Supremo Tribunal Federal (STF). Com a transferência da gestão das aposentadorias e pensões dos servidores dos órgãos da administração pública federal direta para o Ministério da Economia, os serviços de concessão, pagamento e manutenção dos benefícios do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) passarão a ser administrados pelo Departamento de Centralização de Serviços de Inativos, Pensionistas e Órgãos Extintos.

A portaria também transfere as aposentadorias e pensões de funcionários de autarquias e fundações (como as agências reguladoras e as universidades federais) para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Essa mudança é mais um passo no sentido de uma reforma administrativa que o governo vem promovendo a conta gotas, por meio de decretos e portarias que dispensam a aprovação do Congresso Nacional.

De acordo com o texto da portaria, será criado um plano de trabalho para organizar as informações fornecidas pelos órgãos, visando a efetivação da transferência dos dados, dos acervos funcionais e dos processos administrativos e judiciais. Um documento irá definir as responsabilidades e contrapartidas das partes.

Os órgãos de origem terão responsabilidades permanentes com o Ministério da Economia, como no recebimento de requerimentos de aposentadoria e pensão por morte dos servidores ativos, na comunicação de ações judiciais de servidores aposentados e pensionistas envolvendo o órgão de origem, e na divulgação dos procedimentos de atualização cadastral e prova de vida, por exemplo.

PL quer redução de remuneração de servidor

O deputado Luiz Lima (PSL/RJ) é autor do Projeto de Lei 802/2021, que prevê a redução da remuneração de ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes públicos e políticos no âmbito federal, dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Os trabalhadores não devem pagar a conta do combate ao Coronavírus, mas sim as grandes fortunas e as grandes instituições do sistema financeiro. Os servidores públicos já foram punidos com a Lei Complementar 173/2020, que congelou salários até dezembro de 2021; com a Lei Complementar 178/2021, que estabelece o Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal e o Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal, que alterou o cálculo de despesas com pessoal; com a Emenda Constitucional 109, que veta aumento salarial e contratação de pessoal; além da Proposta de Emenda à Constituição 32/2020, que trata da reforma administrativa, em tramitação na Câmara dos Deputados.

A pior medida que poderiam tomar, neste momento, seria o corte de salários, tanto no serviço público quanto na iniciativa privada, pois essas medidas enfraqueceriam o combate à Pandemia e trariam ainda mais recessão à economia. Não podemos permitir que os servidores sejam ainda mais prejudicados!

Orçamento vergonhoso corta da Saúde, Educação, Ciência e Tecnologia

Não bastasse a pandemia de covid-19, os brasileiros terão que enfrentar outra imensa dificuldade em 2021. O Congresso aprovou, no dia 25/03, uma das mais vergonhosas propostas de Orçamento que o país já viu. Sob a desculpa de aperto fiscal, incentivado pelo governo, o texto retira recursos da saúde, educação, ciência e tecnologia, entre outros. Ao mesmo tempo, aumenta consideravelmente a destinação a emendas parlamentares e o investimento nas Forças Armadas.

A primeira bizarrice é o corte dos recursos da **Saúde** em meio à maior tragédia sanitária da história. No ano passado, quando o coronavírus começou a circular no país, o orçamento da área foi de R\$ 160,9 bilhões. Para 2021, com indicadores até piores, a previsão desceu a R\$ 136,3 bilhões.

A área de **Ciência e Tecnologia** teve o segundo maior corte de orçamento, com diminuição de 28,7% em relação a 2020. Diminuir investimentos em inovação e pesquisa afetam diretamente o combate ao coronavírus, já que o país ainda não possui tecnologia própria para vacinas e tem menos de 8% da população vacinada.

O orçamento destinado à **educação** é de R\$ 74,56 bilhões, um corte de mais de 27% em relação ao ano passado. Para que escolas, universidades, institutos federais e instituições de pesquisa possam atuar no enfrentamento da pandemia, no desenvolvimento nacional e na recuperação do país, é imprescindível que elas tenham os recursos mínimos necessários.

A pandemia mudou a vida dos brasileiros e já matou quase 300 mil pessoas, impactando milhões de outras. Mas, também, explicitou a inegável importância da ciência, da saúde, da educação e dos serviços públicos para a vida do povo. É a ciência que cria meios efetivos de enfrentamento da pandemia, como testes, sequenciamento genético, equipamentos hospitalares, fármacos etc. É a ciência que possibilitará o retorno à normalidade, por meio da vacinação em massa. É a educação que, por meio de professoras e professores, vem criando alternativas para a manutenção de vínculos educativos e para a garantia do direito ao ensino.